

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Branquitude e a Questão Social no Brasil: uma problematização tardia e necessária

Sessão temática 01 – Questão social e questão étnico-racial

Scabello, Juliana Cristina (PUC SP)
ju_c_scabello@hotmail.com

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de compreender se e como a branquitude, limitou a análise da questão social brasileira, ao ofuscar as relações étnico-raciais enquanto eixo central da exploração e acumulação capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: questão social. branquitude. relações étnico-raciais. capitalismo dependente.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

O debate sobre a questão social, objeto elementar para a práxis profissional do Serviço Social, tem se aprofundado (tardamente) a fim de compreender o aspecto medular das relações étnico-raciais em sua gênese, principalmente em países dependentes como o Brasil. Outro elemento importante para esta discussão e pouco abordado é a branquitude, que se constitui como alicerce que sustenta o funcionamento desigual, antagônico e contraditório do capitalismo, especialmente em sociedades “hierarquizadas” racialmente, ao perpetuar acessos, vantagens, privilégios e dominação da população branca em detrimento de sujeitas/es/os racialmente marginalizadas/es/os. Neste sentido, este artigo procura refletir, a partir do referencial marxiano e da tradição marxistas, se e como a branquitude determinou a compreensão da questão social, ofuscando a centralidade da questão racial na sociabilidade brasileira.

RESULTADOS

A questão social, conforme Iamamoto (2015), é uma expressão fenomênica das desigualdades sociais inerentes ao processo de acumulação capitalista, fundamentado na contradição entre o caráter coletivo da produção e apropriação privada dos meios de produção e do resultado do trabalho alheio. Esta dinâmica gera exploração da classe trabalhadora, os conflitos de classe e reforça desigualdades de gênero, sexualidade, étnico-racial, territorial etc. Neste sentido, este modo de produção, ao se fundamentar nessa contradição antagônica, produz as múltiplas expressões da questão social, necessárias, dialeticamente, para a reprodução ampliada do capital.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Contudo, essa totalidade social somente ganha concretude a partir da relação dialética que se estabelece entre a universalidade, particularidade e singularidade. Nesta perspectiva, a questão social no Brasil deve ser compreendida como síntese de determinações sociais concretas próprias e particulares que integram e se articulam à totalidade social.

A formação do Brasil enquanto nação ocorreu através da subordinação e dependência aos países centrais tanto no contexto colonial quanto no imperialismo. Neste processo, o racismo¹ - elemento estrutural e estruturante desse modo de produção -, foi fundamental para a acumulação primitiva de capital² para a Europa. Ao se apropriar da riqueza produzida pela colônia, obtida através do trabalho escravizado e saques dos recursos naturais, viabilizou não apenas a realização do capitalismo, como também impulsionou a sua expansão em escala global.

O racismo permaneceu como pilar do capitalismo hodierno, adaptando-se às novas formas de exploração, opressão e acumulação. Soma-se a esta determinação, a permanência do país enquanto dependente³, mesmo após o processo de independência (1822), tendo em vista a divisão internacional do trabalho na dinâmica do capitalismo global, reproduzindo relações de subordinação, superexploração da força de trabalho, gerando, assim, uma sociabilidade extremamente desigual.

Após a abolição formal da escravidão⁴ (1888), com a transição para uma sociabilidade urbano-industrial, houve a manutenção da elite deste período enquanto classe dominante e a exclusão de pessoas ex escravizadas do acesso aos meios de produção, inclusive à terra, ao

¹ De acordo Moura (2014), o racismo configura-se como uma ferramenta ideológica de dominação, historicamente articulada ao capitalismo através da legitimação da escravidão moderna fundamentada em relações sociais de produção estruturadas na dominação, exploração e opressão de pessoas negras e indígenas. Sua perpetuação na contemporaneidade objetiva tanto a sustentação deste sistema e dos interesses e privilégios da burguesia quanto manter a relação desigual de exploração e opressão dentro da própria classe trabalhadora, fragmentando-a, enfraquecendo a solidariedade de classe e a sua organização coletiva numa perspectiva emancipatória anticapitalista.

² Segundo Marx, a acumulação primitiva do capital é "(...) uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida." (2017, p. 785).

³ Referenciada em Rui Mauro Marini, Bruinjé aponta que a relação de dependência se elabora "onde as forças produtivas e as relações de produção subordinadas se desenvolvem de maneira a atender às necessidades de acumulação de capital das economias centrais. Logo, o próprio desenvolvimento do comércio mundial, neste sentido, gera e reproduz a ampliação dessa relação desigual" (2024, p. 118).

⁴ Resultado: de pressões econômicas dos países centrais do capitalismo, principalmente da Inglaterra, uma vez que a escravidão se tornara um obstáculo para a acumulação capitalista de países centrais com o início da industrialização; e de lutas, resistências e rebeliões da população indígena e negra, tais como Revolta dos Malês, Cabanagem, Baianada, entre outras (Durans, 2014).



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

trabalho livre e à cidadania. Assim, para atender à crescente demanda de força de trabalho livre, “qualificada e apta” e, concomitantemente, deixar à margem a população negra e indígena - compreendida como “uma ameaça ao ideal de nação branca” (Durans, 2014, p. 397) -, o Estado brasileiro promoveu políticas de imigração europeia, através de paradigmas eugenistas/higienistas, para viabilizar o “branqueamento” da população e transformá-lo “à imagem e semelhança de nações europeias” (Durans, 2014, p. 397), evitando, assim, “a degenerescência da nação” (Gonçalves, 2018, p. 516).

A questão social no Brasil, portanto, é resultado da transição da escravização para o trabalho livre, em contexto de capitalismo dependente, sendo o racismo um elemento determinante deste processo. Desta forma, a questão social no país é intrinsecamente racializada, ou seja, “a questão racial não é uma expressão da questão social, mas constitutiva da relação entre capital e trabalho e seus desdobramentos” (Silva e Fagundes, 2022, p. 224).

Compreendendo, assim, essa centralidade das relações étnico-raciais, é importante discutirmos sobre a branquitude⁵, a qual cumpre um papel fundamental como pilar do modo de produção capitalista, atuando simultaneamente como instrumento de acumulação de capital, concentração de riqueza e poder para a burguesia (branca), bem como mecanismo de produção/reprodução das desigualdades sociais. Ao se definir enquanto expressão universal e hegemônica do ser humano - socialmente valorizado -, a branquitude não apenas garante privilégios e maior acesso às estruturas sociais para pessoas brancas, mas também marginaliza as/es/os sujeitas/es/os negras/es/os e indígenas, reforçando estereótipos negativos que perpetuam a exploração e a opressão. Dessa forma, ao acumular vantagens materiais e simbólicas construídas historicamente, a branquitude aprofunda a condição de subalternização destas populações, criando barreiras significativas.

Nesta perspectiva, a branquitude também pode ser compreendida como um determinante que incide na constituição da questão social brasileira, ao agudizar ainda mais a dinâmica desigual e “hierarquicamente” racializada das relações de produção e reprodução sociais para fins de manutenção de necessidades de classe, privilégios e acumulação capitalista da burguesia branca.

⁵ Podemos compreender a branquitude “como um complexo social, político, ideológico e econômico que constitui o branco como um padrão universal e ideal de tudo de positivo (beleza, força, inteligência, honestidade, civilidade etc.), criando uma gramática social que é imposta e reforçada a partir de uma série de aparelhos ideológicos e práticas materiais que emergem das condições de produção e reprodução da vida baseadas no antagonismo fundamental entre produtores e apropriadores da riqueza” (Silva, 2019, s.p.).



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, tem se aprofundado sobre a relevância das relações étnico-raciais no debate da questão social. Tradicionalmente, porém, a compreensão da questão social tendeu à abstração e generalização, priorizando a centralidade da relação entre capital e trabalho e subestimando a importância das relações étnico-raciais - também as de gênero, sexualidade, território, entre outras⁶ - para a exploração e acumulação capitalista. Além disso, pouco se considerou a particularidade da constituição sócio-histórica brasileira, a qual o racismo é elemento constitutivo e estrutural.

Essa dinâmica é tão relevante que impacta significativamente a população negra e indígena⁷ em seu cotidiano. Embora a população “parda/preta”⁸ representem 56,7% da população brasileira⁹, ela é a mais afetada pela extrema concentração e desigualdade de renda no país¹⁰, correspondendo 47,7% das pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza¹¹ - índices que se agudizam ainda mais no caso de mulheres negras¹². Na aparência fenomênica desses índices, a pobreza é associada à sujeitas/es/os negras/es/os e indígenas, enquanto a riqueza é naturalizada enquanto característica de pessoas brancas, reforçando estereótipos sociais. Essa associação não é casual

⁶ Neste artigo não nos deteremos na análise de determinantes sociais de gênero, sexualidade e território, embora sejam essenciais para a compreensão da totalidade das relações sociais estabelecidas no capitalismo.

⁷ Não encontramos dados atuais sobre a situação de pobreza e extrema pobreza da população indígena brasileira. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), conforme dados do IBGE de 2014, 18% das pessoas indígenas viviam em situação de extrema pobreza no país. Visto em: [https://dssbr.ensp.fiocruz.br/indigenas-negros-e-mulheres-sao-mais-afetados-por-pobreza-e-desemprego-no-brasil-diz-cepal/#:~:text=No%20Brasil%2C%2049%25%20dos%20ind%C3%ADgenas,%25\)%20nesse%20grupo%20mais%20abastado.](https://dssbr.ensp.fiocruz.br/indigenas-negros-e-mulheres-sao-mais-afetados-por-pobreza-e-desemprego-no-brasil-diz-cepal/#:~:text=No%20Brasil%2C%2049%25%20dos%20ind%C3%ADgenas,%25)%20nesse%20grupo%20mais%20abastado.)

⁸ Categorias étnico-raciais utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁹ Segundo o Censo de 2022, 45,3% da população do país se declararam pardas, 43,5% brancos, 10,2% pretos, 0,8% indígenas e 0,4% amarelas.

¹⁰ Segundo o IBGE, a renda média de trabalhador branco é mais de 75% maior que de pretos, Visto em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-11/ibge-renda-media-de-trabalhador-branco-e-757-maior-que-de-pretos#:~:text=Geral-IBGE:%20renda%20m%C3%A9dia%20de%20trabalhador%20branco%20%C3%A9%2075,7%25%20maior%20que%20de%20pretos&text=Estudo%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de,na%20reportagem%20de%20T%C3%A2mara%20Freire>

¹¹ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>

¹² Vide notícia acima.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

e revela como a exploração capitalista se intensifica através da racialização das relações de produção e reprodução social. As manifestações da questão social expressam, assim, uma articulação dialética entre diferentes determinações sociais, estabelecendo a dimensão étnico-racial como estrutural neste processo

Nesta perspectiva, é essencial racializarmos a população branca para compreender como as relações étnico-raciais a conformam de maneira diversa. Além disso, é premente e necessário desvelar como a branquitude opera enquanto determinante estrutural racial da questão social: “hierarquizando” racialmente as/es/os sujeitas/es/os, naturalizando seus privilégios e estabelecendo uma aliança racial entre pessoas brancas. A branquitude, enquanto pacto (Bento, 2022) de autoproteção e autopercepção - de uma suposta neutralidade racial -, possibilitou, assim, uma limitação analítica ao estabelecer as relações étnico-raciais como apenas uma das expressões da questão social brasileira, e não como sua determinação social estrutural e estruturante que a constitui em sua totalidade.

Referências

- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRUINJÉ, Ana Luíza Tavares. **Considerações Preliminares Acerca da Gênese da “Questão Social” no Brasil**. Revista Argumentum, Vitória, v. 16, n. 2, p. 115-127, maio/ago 2024.
- DURANS, Cláudia Alves. **Questão Social e Relações Étnico-Raciais no Brasil**. Revista Política Pública, São Luís, Número Especial, p. 391-399, julho de 2014.
- GONÇALVES, Renata. **Quando a Questão Racial é o Nó da Questão Social**. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: População e Domicílios**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011#:~:text=Descri%C3%A7%C3%A3o%20f%C3%ADstica:%20%5B75%5D%20p,brasileiro%2C%20o%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022>. Acesso em 02 de maio de 2025.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política (livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MOURA, Clóvis. **Racismo e Luta de Classes no Brasil: textos escolhidos de Clóvis Moura. O Racismo como Arma Ideológica de Dominação**. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.
- SILVA, Jones Manoel da. **Dois Teses Sobre a Questão Racial no Brasil**. Blog da Boitempo. 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/28/dois-teses-sobre-a-questao-racial-no-brasil/>. Acesso em 30 de setembro de 2024.
- SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. **Clóvis Moura e a Questão Social no Brasil**. Revista Katálisis, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 222-231, maio-ago 2022.

